



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ED na Ap 0295659-4

COMARCA: Recife

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

EMBARGADA: Iva Urbana da Silva

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FORNECIMENTO GRATUITO DO MEDICAMENTO TRANSTUZUMABE (HERCEPTIN). PACIENTE PORTADORA DE NEOPLASIA MALIGNA DE MAMA DIREITA (CID 10: C 50.9, ESTÁGIO II-A). RESPONSABILIDADE DO ESTADO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. INVIABILIDADE DE REEXAME DA CAUSA. **1.** A alegação de exorbitância da *astreinte* fixada pelo juízo *a quo* (art. 461, §4º, do CPC) restou expressamente enfrentada no voto condutor do acórdão ora embargado, sendo reiterada. **2.** O acórdão embargado é claro e suficiente por seus próprios termos, havendo apreciado a matéria debatida nos autos e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação e jurisprudência que entendeu aplicável à matéria. **3.** De resto, as razões recursais apenas reproduzem argumentos já deduzidos anteriormente – e não acolhidos no julgamento embargado –, o que traduz pretensão de reexame da causa, desiderato a que não se presta a via aclaratória. **4.** Embargos declaratórios conhecidos, porém improvidos, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 0295659-4, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 21 de março de 2013 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



107
AO

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ED na Ap 0295659-4
COMARCA: Recife
EMBARGANTE: Estado de Pernambuco
EMBARGADA: Iva Urbana da Silva
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de **Embargos de Declaração**, para **fins de prequestionamento**, interpostos pelo **Estado de Pernambuco** em face de acórdão proferido nos autos da Apelação Cível nº 0295659-4, pela qual se negou provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, mantendo, por conseguinte, a sentença de primeiro grau que julgou procedente o pedido da autora, ora embargada, e, confirmando a tutela antecipada anteriormente concedida, determinou ao Estado de Pernambuco que *"forneça o medicamento requestado, a saber: Transtuzumab (Herceptin), 1ª dose de 472mg, e demais doses de 357mg, de acordo com as prescrições médicas e enquanto perdurar a necessidade de sua ingestão."*

A decisão embargada restou assim ementada:

"EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. FORNECIMENTO GRATUITO DO MEDICAMENTO TRANSTUZUMABE (HERCEPTIN). PACIENTE PORTADORA DE NEOPLASIA MALIGNA DE MAMA DIREITA (CID 10: C 50.9, ESTÁGIO II-A). RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO. 1. De proêmio, anotou-se que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído o fornecimento de medicamentos essenciais) é comum, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198). 2. A imprescindibilidade da medicação solicitada resta evidenciada pela apreciação do 'atestado médico' acostado aos autos, subscrito pelo Dr. Hélio Fonseca (CRM-PE 10610), do Hospital do Câncer de Pernambuco, cujo conteúdo não foi contraditado pelo Estado. 3. No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige a paciente Iva Urbana da Silva, atestada pelos documentos acostados aos autos, pelo que o fornecimento da medicação pleiteada é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal. 4. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República. 5. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário."

Argúi o embargante, em suas razões recursais, que: (i) o acórdão impugnado não teria se manifestado expressamente acerca da ocorrência, ou não, de violação à norma do art. 461, §4º, do CPC – sobre o descabimento e a exorbitância da *astreinte* fixada pelo juízo *a quo*, a qual não poderia se configurar como ônus excessivo, sob pena de violação ao referido dispositivo; e (ii) o acórdão recorrido estaria eivado de omissões, diante do que necessário

168
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

seria o seu esclarecimento para fins de prequestionamento explícito, possibilitando-se o acesso às instâncias superiores, a teor das súmulas 282 e 356 do STF.

É o essencial a relatar.

As razões dos embargos, em verdade, constituem basicamente a reprodução dos argumentos expendidos na referida Apelação Cível (nº 0295659-4), agora com a indicação expressa de dispositivo supostamente violado, em relação ao qual me pronunciarei, em atenção ao pleito de prequestionamento explícito.

A alegação de exorbitância da *astreinte* fixada pelo juízo *a quo* (art. 461, §4º, do CPC) restou expressamente enfrentada no voto condutor do acórdão ora embargado, nos termos abaixo transcritos, e aqui reiterados:

“Destarte, tenho que é de ser mantida a multa diária fixada pelo juízo de primeiro grau e confirmada pela sentença a quo (R\$ 1.000,00/dia de descumprimento), posto que à parte apelante não interessa o recebimento da multa, mas sim o cumprimento efetivo, a tempo e modo, da obrigação de fazer consistente no fornecimento da medicação, sendo indispensável, pois, que o preceito cominatório seja suficiente para desestimular um eventual inadimplemento.”

Assim, tem-se que o acórdão embargado é claro e suficiente por seus próprios termos, havendo apreciado a matéria debatida nos autos e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação e jurisprudência que entendeu aplicável à matéria.

De resto, as razões recursais apenas reproduzem argumentos já deduzidos anteriormente – e não acolhidos no julgamento embargado –, o que traduz pretensão de reexame da causa, desiderato a que não se presta a via aclaratória.

Tenho por inexistentes, pois, as omissões apontadas nos presentes embargos, razão pela qual deles conheço para fins de prequestionamento, porém **nego-lhes provimento**.

Recife, 21 de março de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator